



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2014.0000112147

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0155765-38.2012.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante JOSE VITOR DA SILVA NETO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA (Presidente) e PEDRO BACCARAT.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014.

Arantes Theodoro

RELATOR

Assinatura Eletrônica

**APELAÇÃO**

0155765-38.2012.8.26.0100

APELANTE

José Vitor da Silva Neto

APELADO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

COMARCA

São Paulo – 20ª Vara Cível Central

VOTO Nº 23.589

EMENTA — Apelação. Recurso cujas razões mostram-se objetivamente dissociadas do que decidiu a sentença. Recurso não conhecido.

Sentença cujo relatório se adota julgou improcedente ação de cobrança de indenização prometida pelo seguro obrigatório de veículos automotores para o caso de invalidez permanente.

O autor apela e pede seja alterado aquele desfecho.

Assim, ele afirma que independentemente do grau de invalidez a indenização deve corresponder a R\$13.500,00, já que inconstitucional a alteração promovida pelas Leis 11.482/07 e pela Lei 11.945/09.

Ao lado disso o recorrente sustenta que o capital segurado deve ser atualizado desde a data do acidente até o pagamento administrativo e que sobre a diferença apurada devem incidir correção monetária e juros de mora contados da citação.

Recurso regularmente processado e respondido.

**É o relatório.**

A apelação não merece ser conhecida, eis que suas razões estão objetivamente dissociadas do que decidiu a sentença.

Com efeito, a Juíza julgou a ação improcedente ante o fato de não ter ficado revelado que em decorrência de acidente de trânsito tenha restado invalidez indenizável pelo seguro obrigatório.

Na apelação, contudo, o autor informa que a julgadora reputou improcedente a ação por *“entender que no caso de invalidez permanente, é variável o valor da indenização, conforme o grau daquela incapacidade, podendo atingir o teto máximo”*.

Assim, ele diz não se justificar tal entendimento ante a inconstitucionalidade das Leis 11.482/07 e 11.945/09.

O litigante não trata, portanto, justamente do que decidiu a sentença, ou seja, da ausência de sequela incapacitante.

Está evidente, portanto, a absoluta falta de correspondência entre as razões do recurso e os fundamentos da sentença, o que impõe reconhecer que a apelação não cumpre a exigência do artigo 514 inciso II do Código de Processo Civil.

Por isso, dela não se conhece.

(assinado digitalmente)

ARANTES THEODORO

Relator